

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO 3

O promotor de justiça ajuizou ação civil pública contra os bancos privados instalados em sua comarca de lotação, requerendo a declaração de nulidade de cláusulas presentes em contratos de empréstimos bancários, por considerá-las abusivas em face dos direitos do consumidor. As cláusulas referem-se a: (I) juros remuneratórios acima de 12% ao ano; (II) capitalização mensal dos juros; (III) cumulação de comissão de permanência e de correção monetária; e (IV) multa superior a 2%, por atraso do pagamento. Além disso, requereu a revisão de ofício, pelo magistrado, de outras cláusulas que reputasse abusivas, sob o argumento de a situação envolver matéria de ordem pública.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos.

- O Ministério Público possui legitimidade para o ajuizamento da referida ação?
- As normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis ao caso?
- Que cláusulas apontadas pelo Ministério Público são, de fato, consideradas abusivas, de acordo com o entendimento do STJ?
- É possível a revisão de ofício, pelo juiz, de cláusulas previstas em contratos bancários?

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

QUESTÃO 3

Em decorrência de ação civil pública, um prefeito foi condenado, por ato de improbidade, à pena de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos, com decisão transitada em julgado em 2004. O período de suspensão terminou em 30 de junho de 2007 e o ex-prefeito pleiteou o registro de sua candidatura no pleito de 2012.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de registro de candidatura.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO V

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 3

Em determinado município, instituiu-se, mediante decreto do prefeito, cobrança de valores para fiscalização das condições sanitárias dos estabelecimentos comerciais que manipulam alimentos.

Considerando essa situação hipotética, responda, com base na devida fundamentação legal, às seguintes questões.

- a) Qual a espécie de tributo instituída pelo município?
- b) A cobrança do valor a título de fiscalização dos referidos estabelecimentos poderia ter sido instituída por meio de decreto do Poder Executivo?
- c) O que deve fazer o membro do Ministério Público em face dessa situação?